



SUMÁRIO

CAPÍTULO I - COMPLEXO DE SISTEMAS JURÍDICOS E O ESTADO BRASILEIRO 27

1.	O Estado Democrático de Direito como denominador comum	27
2.	O Estado Federado Brasileiro	30
2.1.	A origem e caminhada do Estado Federado Brasileiro	30
2.2.	Princípio da simetria.....	35
3.	Personalidade jurídica dos entes públicos, a Administração Pública e o princípio da igualdade	38
3.1.	O Estado como um Ser Real.....	38
3.2.	O Conceito de fazenda pública e suas dimensões.....	40
4.	A supremacia do interesse público	42
4.1.	Definição da boa administração pública.....	42
4.2.	Princípio da impessoalidade.....	44
4.3.	Princípio da supremacia do interesse público	45
4.4.	Segurança jurídica	46
4.4.1.	Considerações iniciais.....	46
4.4.2.	Conotações da expressão segurança jurídica	47
4.4.3.	Beneficiários da segurança jurídica	48
4.5.	Diferenças entre a segurança jurídica e a tutela da confiança	49
4.6.	A missão da Advocacia Pública frente a um novo desafio.....	52
5.	Resumo	55

CAPÍTULO II - FUNÇÃO E CARREIRA DO PROCURADOR DO ESTADO 57

1.	Introdução e breve reconstrução histórica das Procuradorias Estaduais no Brasil	57
2.	Fundamento constitucional da carreira	62
3.	Leis de regência da carreira	67



3.1.	Direitos e prerrogativas do Procurador do Estado nas diversas Leis Orgânicas das Procuradorias Estaduais.....	67
3.1.1.	Noções gerais.....	67
3.1.2.	Direitos	70
3.1.3.	Prerrogativas	74
3.2.	Deveres do Procurador do Estado	75
3.3.	Impedimento e suspeição do Procurador do Estado	77
3.4.	O descabimento da prisão civil do Procurador do Estado como medida coercitiva	79
3.5.	Das súmulas elaboradas pela Comissão Nacional da Advocacia Pública.....	84
3.6.	As áreas de atuação.....	85
3.6.1.	A área do contencioso geral.....	85
3.6.2.	A área do contencioso tributário-fiscal	86
3.6.3.	A área da consultoria geral	87
CAPÍTULO III - O CONTENCIOSO GERAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO		89
1.	No que consiste o “contencioso geral” da Procuradoria Geral do Estado?	89
2.	Sistemas de resolução de demandas que envolvam o poder público.....	91
2.1.	Considerações iniciais	91
2.2.	Sistema de jurisdição administrativa.....	91
2.2.1.	Observações gerais sobre o sistema	91
2.2.2.	A Jurisdição administrativa portuguesa e a jurisprudência	95
2.3.	Sistema de jurisdição una, sistema inglês ou pleito cível lato sensu	99
2.4.	Jurisprudência no sistema de civil law	101
3.	A capacidade postulatória do Procurador do Estado.....	103
4.	Prerrogativas processuais da Fazenda Pública	104
4.1.	Observações iniciais	104
4.2.	O princípio constitucional da isonomia e o interesse público	105
4.3.	A necessidade de tratamento diferenciado do Estado em juízo.....	107
5.	A citação do Estado para compor a relação processual e a consequência de eventual silêncio.....	108
5.1.	Aspectos preliminares sobre a citação	108
5.2.	A citação do Estado-Membro.....	110
5.3.	Incide o efeito material da revelia se o Estado não contestar a demanda? ...	113
6.	Prazos diferenciados para a prática de atos processuais	115

SUMÁRIO

6.1.	A regra geral dos prazos diferenciados para contestar e para recorrer	115
6.2.	A inexistência de prazos diferenciados nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	119
6.3.	A greve do advogado público importa na suspensão do prazo para a Fazenda Pública?.....	120
7.	Do não adiantamento de despesas processuais e dos honorários advocatícios.	121
7.1.	Do não adiantamento de despesas processuais	121
8.	Restrições à concessão de medidas de urgência contra a Fazenda Pública	127
8.1.	Observações gerais sobre as medidas de urgência	127
8.2.	O regime especial das liminares contra o poder público.....	129
9.	Da remessa necessária	133
9.1.	Introdução	133
9.2.	Da Apelação Necessária à Remessa Necessária	134
9.3.	O efeito translativo da remessa necessária	137
9.4.	A extensão do efeito translativo da remessa necessária.....	138
9.5.	O efeito suspensivo decorrente da remessa necessária.....	139
9.6.	Das Limitações à Incidência da Remessa Necessária	140
9.7.	Da remessa necessária na tutela coletiva.....	144
9.8.	Remessa Oficial no Mandado de Segurança	145
9.9.	Remessa Necessária e Recursos aos Tribunais Superiores	145
9.10.	Sustentação Oral na Remessa Necessária.	145
9.11.	Temas que Fazem Referência à Remessa Necessária no Novo CPC	146
10.	Do incidente de suspensão de execução de liminar e de sentença.....	147
10.1.	Considerações iniciais	147
10.2.	Da legitimidade para a sua propositura.....	147
10.3.	Competência para o julgamento do incidente.....	148
10.4.	Dos bens jurídicos tutelados.....	149
10.5.	Duração da medida	150
10.6.	Do agravo interno	150
10.7.	A Suspensão de Eficácia e o Novo Código de Processo Civil	151
10.8.	Estrutura da suspensão de execução de liminar a partir de um caso prático.....	151
11.	Da intervenção anômala	154
11.1.	Da Intervenção do Estado no Processo	154
11.2.	Da Intervenção Anômala ou Anódina	154
11.3.	Modelo de Intervenção Anômala	155

12.	Da prescrição em favor da Fazenda Pública.....	160
12.1.	Considerações iniciais	160
12.2.	Aplicação ou não de prazos menores – art. 10 do Decreto 20.910/32	160
12.3.	Da prescrição parcelar (súmula 85 STJ) e da prescrição do fundo de direito	162
12.4.	Da interrupção do prazo.....	163
12.5.	A Prescrição e o Novo Código de Processo Civil	164
12.6.	Da Prescrição da Pretensão Indenizatória Exercida pela Fazenda Pública... ..	164
13.	Cumprimento de sentença que reconhece obrigação em face da Fazenda Pública	164
13.1.	Considerações iniciais	164
13.2.	Cumprimento Provisório de Sentença contra a Fazenda Pública.....	167
13.3.	Cumprimento de Obrigaçāo de Fazer e de Entregar contra a Fazenda Pública.....	169
13.3.1.	Observações prévias	169
13.3.2.	O Oferecimento de Impugnação ao Cumprimento de Sentença	170
13.4.	Procedimento	170
13.5.	Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigaçāo de Pagar Quantia Certa pela Fazenda Pública.....	171
13.5.1.	A Impenhorabilidade dos Bens Públicos	171
13.5.2.	Inviabilidade do Protesto contra a Fazenda Pública.....	171
13.5.3.	Requerimento de Iniciação da Fase de Cumprimento Definitivo da Obrigaçāo de Pagar Quantia Certa.....	171
13.5.4.	Da Intimação do Representante Judicial da Fazenda Pública.....	172
13.5.5.	Do Não Oferecimento da Impugnação e os Honorários Advocatícios Devidos na Execução	172
13.5.6.	Natureza da Impugnação Ao Cumprimento de Sentença	174
13.5.7.	O Rol do Art. 535 do NCPC é Taxativo ou Exemplificativo.....	175
13.5.8.	Matérias Alegáveis na Impugnação	177
13.5.9.	A Impugnação Parcial e o Cumprimento de Sentença	179
13.5.10.	A Decisão Interlocutória de Mérito e o seu Cumprimento	179
13.5.11.	Efeito da Impugnação	180
13.5.12.	Pronunciamento que Decide a Impugnação	180
13.5.13.	Honorários na Impugnação	180
13.6.	Da Execução da Obrigaçāo de Pagar Fundada em Título Executivo Extrajudicial	181
13.6.1.	A Diferenciação para com o cumprimento de sentença	181

SUMÁRIO

13.6.2. Os Embargos à Execução	182
13.7. Introdução ao Estudo do Precatório e da Obrigaçāo de Pequeno Valor	182
13.7.1. Considerações Iniciais	182
13.7.2. Diferenças entre o Precatório e a Obrigaçāo de Pequeno Valor	184
13.7.3. A Emenda Constitucional nº 62/2009, as ADIS nº 4.357 e 4.425 e Questões de Ordem Respectivas. (mantido para que sejam entendidas as mudanças).....	186
13.7.4. Alterações decorrentes da Emenda Constitucional n. 94, de 15.12.2016.	188
13.8. Passo a passo da execução contra a Fazenda Pública (CPC/2015)	193
14. Dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	193
14.1. Da competência	193
14.2. Das partes	195
14.3. Inexistência de prazos diferenciados	197
14.4. Tutela de urgência e recurso adequado.....	197
14.5. Dos honorários advocatícios.....	197
14.6. Da inexistência de remessa necessária.....	197
14.7. Dos meios de impugnação das decisões judiciais.....	197
14.7.1. Dos recursos nos Juizados Especiais da Fazenda.....	197
14.7.2. Dos incidentes de uniformização de jurisprudência	198
14.8. Da fase de cumprimento da obrigação de pagar quantia certa.....	199
14.9. Enunciados do FONAJE	200
15. Mandado de segurança.....	202
15.1. Evolução histórica e natureza do mandado de segurança	202
15.2. O polo ativo do mandado de segurança individual	205
15.3. O polo passivo no mandado de segurança	206
15.4. A autoridade apontada como coatora.....	208
15.5. A competência para o julgamento do mandado de segurança	208
15.6. O contraditório no mandado de segurança	209
15.7. Os recursos no mandado de segurança.....	213
15.8. Mandado de Segurança para Discutir Lei de Efeitos Concretos	215
15.9. O prazo para o ajuizamento do mandado de segurança	220
15.10. Modelo de inicial de mandado de segurança.....	222
15.11. Passo a passo do mandado de segurança.....	226
16. Da ação popular.....	226
16.1. Definição	226



16.2.	Passo a passo histórico.....	227
16.3.	Espécie do gênero ações coletivas.....	227
16.4.	Legitimação ativa coletiva.....	229
16.5.	Legitimação para a propositura da ação popular	229
16.6.	Polo passivo.....	230
16.7.	Sentença e coisa julgada	230
17.	A Fazenda Pública e o Direito do Trabalho	231
17.1	Considerações iniciais	231
17.2.	A Justiça do Trabalho e o Procurador do Estado	235
17.3.	As prerrogativas do Estado na Justiça do Trabalho	235
17.3.1.	Presunção de validade do TRCT	236
17.3.2.	Prazo em DOBRO para comparecer à audiência	236
17.3.3.	Prazo em dobro e dispensa de depósito para recorrer	236
17.3.4.	Remessa necessária	241
17.3.5.	Aspectos gerais da audiência trabalhista	242
17.4.	Liquidão e execução trabalhista	247
18.	Modelos de peças/petição/despachos/manifestações/formulários	249
18.1.	Contestação em razão de suposto erro judiciário	249
18.2.	Contestação em demanda movida por servidor em que se pede a responsabilização civil do Estado.....	251
19.	Questões de Concursos.....	258

**CAPÍTULO IV - APONTAMENTOS PRINCIPAIS. DIREITO PROCESSUAL CIVIL.
RESUMO PARA ESTUDO DIRECIONADO269**

1.	Novo Código de Processo Civil – Lei Federal n. 13.105/2015 e alterações e legislações especiais	269
2.	Princípios gerais do processo civil	269
2.1.	As Normas Fundamentais do Processo Civil.....	269
2.2.	Princípios Expressos na Constituição Federal	270
2.2.1.	Princípio do devido processo legal.....	270
2.2.2.	Princípio da isonomia	270
2.2.3.	Princípio do juiz natural	270
2.2.4.	Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional	271
2.2.5.	Princípio do contraditório.....	271
2.2.6.	Princípio da proibição da prova ilícita.....	271
2.2.7.	Princípio da publicidade dos atos processuais	271

SUMÁRIO

2.2.8. Princípio da motivação das decisões judiciais	272
2.2.9. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	272
2.3. Normas Fundamentais Contidas no Novo CPC	272
3. Fontes.....	273
4. Lei Processual Civil	273
4.1. Eficácia e Aplicação.....	273
4.2. Direito Processual Intertemporal. Critérios.....	274
5. Jurisdição.....	275
5.1. Conceito	275
5.2. Características.....	275
5.3. Natureza Jurídica	276
5.4. Princípios	276
5.5. Limites da jurisdição nacional	277
6. Competência	278
6.1. Critérios determinadores.....	278
6.1.1. Competência em razão da matéria	278
6.1.2. Competência em Razão do Valor e do Território.....	279
6.1.3. Competência funcional.....	279
6.1.4. Competência territorial.....	279
6.1.5. Competência da Justiça Federal.....	280
6.1.6. Competência originária dos Tribunais Superiores.....	281
6.2. Competência absoluta e relativa	282
6.3. Modificações da Competência.....	283
6.4. Meios de declaração de incompetência.....	285
6.5. Conflitos de competência e de atribuições	285
7. Direito de ação	286
7.1. O Direito de Ação ou Direito à Jurisdição	286
7.2. Elementos	286
7.3. Condições da ação	287
7.4. Classificação e critérios identificadores.....	289
7.5. Concurso e cumulação de ações	289
8. Processo.....	289
8.1. Noções gerais.....	289
8.2. Relação Jurídica Processual.....	290
8.3. Pressupostos processuais	290

8.4.	Pressupostos processuais de desenvolvimento (ou de validade).....	291
8.5.	Pressupostos processuais negativos	291
9.	Processo e procedimento	292
9.1.	O Processo Sincrético.....	292
9.2.	Do Procedimento	292
9.3.	Do Procedimento Comum	293
9.4.	Espécies de processos e de procedimentos.....	294
9.5.	Objeto do Processo.....	294
10.	Mérito. Questão Principal, Questões Preliminares e Prejudiciais.....	294
11.	Sujeitos Processuais	295
11.1.	Observações Preliminares	295
11.2.	Juiz.....	295
11.3.	Mediadores e Conciliadores	295
11.4.	Princípios. Poderes. Deveres. Responsabilidades do Juiz.....	296
11.5.	Impedimentos e Suspeição.....	296
11.6.	Partes e Procuradores.....	297
11.7.	Capacidade Processual e Legitimação	297
11.8.	Regularização do vício.....	298
11.9.	Curatela especial	298
11.10.	Representação de pessoas jurídicas e de entes despersonalizados	299
11.11.	Representação e Substituição Processual.....	299
12.	Litisconsórcio	299
12.1.	Conceito e Classificação	299
12.2.	Litisconsórcio eventual, alternativo e sucessivo	302
13.	Da Intervenção de Terceiros	303
13.1.	Noções gerais.....	303
13.2.	Classificação: intervenção voluntária e provocada	303
13.3.	Da assistência	305
13.3.1.	Apontamentos gerais	305
13.3.2.	Modalidades de assistência	305
13.3.3.	Procedimento de ingresso do assistente	306
13.3.4.	Requerimento de assistência formulado pela União.....	306
13.4.	Da denunciação da lide.....	306
13.4.1.	Considerações Iniciais	306
13.4.2.	A provocação da denunciação da lide	307

SUMÁRIO

13.4.3. Cabimento da Denunciação da Lide.....	308
13.4.4. Cumprimento da obrigação de pagar exigido diretamente pelo autor em face do denunciado.....	309
13.4.5. Vedação da Denunciação da Lide no Código de Defesa do Consumidor ligada à indenização por fato do produto	309
13.5. Do chamamento ao processo.....	310
13.5.1. Considerações iniciais e natureza jurídica.....	310
13.5.2. Da Admissibilidade do Chamamento ao Processo.....	310
13.5.3. Da Sentença de Procedência	311
13.5.4. Chamamento ao processo e o Código de Defesa do Consumidor....	311
13.6. Do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica	311
13.6.1. Considerações Iniciais	311
13.6.2. A Desconsideração Requerida na Própria Inicial.....	312
13.6.3. Legitimidade para requerer a instauração do incidente.....	312
13.6.4. Admissibilidade do Incidente	312
13.6.5. Procedimento	312
13.7. Intervenção do <i>Amicus Curiae</i>	313
13.7.1. Quem é o <i>Amicus Curiae</i> ?.....	313
13.7.2. Limitação à Legitimação Recursal do <i>Amicus Curiae</i>	313
14. Advogado, Ministério Público e Advocacia Pública. Prerrogativas da Fazenda Pública em juízo	313
14.1. Advogado.....	313
14.2. Do Ministério Público	314
14.3. Advocacia Pública	315
15. Fatos e Atos Processuais.....	315
15.1. Conceito de atos processuais.....	315
15.2. Forma.....	315
15.3. Do Tempo dos Atos Processuais.....	316
15.4. Lugar	317
15.5. Dos Prazos Processuais.....	317
15.6. Da Comunicação dos Atos Processuais.....	320
15.7. Das Nulidades.....	322
16. Procedimento comum.....	323
16.1. Fases.....	323
16.2. Da Petição Inicial.....	323
16.2.1. Instrumento da Demanda	323



16.2.2. Requisitos da Petição Inicial	323
16.2.3. Do Pedido	325
16.2.4. Alteração do pedido ou da causa de pedir	329
16.2.5. Indeferimento da Petição Inicial	329
16.2.6. Da Improcedência Liminar do Pedido	330
16.3. Resposta do réu	331
16.3.1. Princípios que regem a contestação	331
16.3.2. Da Forma e do Prazo da Contestação	333
16.3.3. Conteúdo da Resposta.....	334
16.4. Da Reconvenção	338
16.4.1. Conceito	338
16.4.2. Momento para o exercício	339
16.4.3. Partes na reconvenção.....	339
16.4.4. Formação do contraditório na reconvenção	339
16.4.5. A decisão da reconvenção	340
16.4.6. Honorários Advocatícios na reconvenção	340
16.4.7. Reconvenção à reconvenção.....	340
16.5. Inércia processual: contumácia e revelia	340
16.5.1. Contumácia.....	340
16.5.2. Da revelia.....	340
16.6. Da Formação, da Suspensão e da Extinção do Processo	342
16.7. Das Disposições Preliminares	344
16.8. Julgamento Conforme o Estado do Processo	345
17. Das Provas.....	347
17.1. Apontamentos Gerais.....	347
17.2. Distribuição do ônus da prova	349
17.3. Fatos que independem de prova	349
17.4. Depoimento Pessoal	350
17.5. Confissão	350
17.6. Prova documental.....	350
17.7. Exibição de documentos ou coisas.....	351
17.8. Prova testemunhal	352
17.9. Prova pericial.....	352
17.10 Inspeção judicial	353
17.11 Exame e valoração da prova.....	353



SUMÁRIO

17.12	Produção Antecipada de Provas.....	353
18	Audiências.....	354
18.1.	Da Audiência de Conciliação ou de Mediação.....	354
18.2.	Da Audiência de Instrução e Julgamento.....	355
19.	Da Tutela Provisória: Tutelas de Urgência e de Evidência.....	355
19.1.	Princípios Gerais	355
19.2.	Da Tutela de Urgência.....	357
19.2.1.	Requisitos Comuns para a Tutela de Urgência	357
19.2.2.	Prévia Garantia para a Tutela Provisória de Urgência de Caráter Antecedente	358
19.2.3.	Comprovação dos Requisitos da Tutela de Urgência.....	358
19.2.4.	Condição para o Deferimento da Tutela Provisória	358
19.2.5.	Fundamentos, Requisitos e Condição para o Deferimento da Tutela de Urgência.....	359
19.2.6.	A Tutela Antecipada Requerida de Forma Antecedente	359
19.2.7.	Da Estabilização da Medida.....	360
19.2.8.	Ação para Rever, Reformar ou Invalidar a Tutela Antecipada Estabilizada	362
19.2.9.	Decisões que não podem ser estabilizadas (família, parciais etc.)..	362
19.3.	Da Tutela Cautelar	363
19.3.1.	Medidas Cautelares Típicas e Atípicas.....	363
19.3.2.	Tutela Cautelar Antecedente.....	363
19.4.	Tutela da Evidência.....	364
19.4.1.	Diferenciação para com a Tutela de Urgência	364
19.4.2.	Hipóteses Legais de Tutela da Evidência.....	365
19.5.	Protesto, notificação e interpelação. Arresto. Sequestro. Caução. Busca e Apreensão. Exibição. Justificação.....	366
20.	Sentença.....	366
20.1.	Conceito	366
20.2.	Classificações.....	370
20.3.	Requisitos.....	371
20.4.	Efeitos	372
20.5.	Publicação, intimação, correção e integração da sentença.....	372
21.	Coisa julgada	373
21.1.	Conceito e espécies	373
21.2.	Efeitos da coisa julgada	374



22.	Remessa Necessária.....	376
23.	Liquidão de Sentença – Espécies e Procedimento	377
23.1.	Os Pronunciamentos Ilíquidos que Reconhecem a Existência de Obrigaçāo	377
23.2.	Liquidão Provisória e Definitiva	378
23.3.	Concomitantes liquidação e cumprimento de sentença em relação ao mesmo título.....	378
23.4.	Apuração do Valor Dependente de Cálculos Aritméticos.....	379
23.5.	Fixação de Honorários na Liquidão Proposta em Face da Fazenda Pública	379
23.6.	Liquidão Incidental e Autônoma	379
23.7.	Iniciativa da Liquidão	380
23.8.	Procedimentos para Apuração do Valor	381
23.8.1.	Liquidão por Arbitramento	381
23.8.2.	Liquidão pelo Procedimento Comum	381
23.9.	Natureza do Pronunciamento que Julga da Liquidão	381
23.10.	Condenação em Verba Honorária na Liquidão.....	381
23.11.	Inviabilidade das Sentenças Ilíquidas no Âmbito dos Juizados	382
23.12.	Liquidão Imprópria.....	382
24.	Cumprimento da sentença – Procedimento e Impugnação	383
24.1.	Títulos executivos	383
24.2.	Cumprimento de sentença enquanto fase do cumprimento de sentença	383
24.3.	Competência	384
24.4.	Cumprimento de sentença que reconhece o dever de pagar quantia certa.....	385
24.5.	Cumprimento provisório.....	385
24.6.	Procedimento do cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	386
24.7.	Impugnação ao cumprimento de sentença:	386
25.	Procedimentos Especiais.....	388
25.1.	Generalidades, Características e Espécies	388
26.	Da Ação de Consignação em Pagamento.....	388
26.1.	Finalidade do Procedimento.....	388
26.2.	Interrupção da Prescrição.....	389
26.3.	Consignação Extrajudicial.....	389
26.4.	Legitimidade	390

SUMÁRIO

26.5.	Competência Territorial.....	390
26.6.	Efeitos da Consignação.....	390
26.7.	Depósito das Prestações Sucessivas	390
26.8.	Petição Inicial: requisitos intrínsecos	390
26.9.	Consignação de coisa indeterminada.....	391
26.10.	Contestação	391
26.11.	Reconvenção em Consignatária de Alugueres	392
26.12.	Litisconsórcio Passivo Alternativo	393
26.13.	Consignatária de Aluguel e Férias Forenses	393
27.	Ação Monitória.....	393
27.1.	Finalidade.....	393
27.2.	Prova oral documentada.....	394
27.3.	Polo passivo.....	394
27.4.	Constituição de título executivo judicial.....	394
27.5.	Embargos à ação monitória.....	394
28.	Da Ação de Exigir Contas	394
28.1.	Fim da Ação de Prestar Contas	394
28.2.	Procedimento da Ação de Exigir Contas	395
28.3.	Contas do Inventariante, Tutor, Curador, Depositário e de Qualquer Outro Administrador.....	396
29.	Das Ações Possessórias	396
29.1.	A Fungibilidade das Ações Possessórias.....	396
29.2.	Espécies de Ações Possessórias	396
29.3.	Ações Possessórias e Invasões Coletivas	397
29.4.	Pedidos na Ação Possessória	397
29.5.	Contestação	397
29.6.	Inviabilidade de Ajuizamento de Ação Petitória Durante o Curso de Ação Possessória.....	398
29.7.	Procedimento da Ação Possessória: posse nova	398
29.8.	Exigência de Caução	398
29.9.	Posse com força nova e os requisitos da tutela possessória	398
29.10.	Contradictório Prévio e as Liminares contra as Pessoas Jurídicas de Direito Público	399
29.11.	Citação do Requerido e Prazo para Resposta	399
29.12.	Posse Velha e Litígio Coletivo	399
29.13.	Ocupação Indevida de Bem Público.....	400

29.14. Exercício do Direito de Retenção	400
30. Restauração de autos	400
31. Processo de Execução. Princípios gerais e Espécies	400
31.1. Atos Executivos.....	400
31.2. Meios Expropriatórios.....	402
31.3. Suspensão e extinção do processo de execução.	409
31.4 . Embargos à Execução	409
32. Execução contra a Fazenda Pública. Regime de Precatórios. Requisições de Pequeno Valor	412
33. Execução de obrigação de entregar, de fazer e de não fazer	412
34. Embargos de Terceiros.....	413
35. Exceção de pré-executividade	413
36. Remição.....	413
37. Suspensão e extinção do processo de execução	414
38. dos processos nos tribunais e dos recursos.....	414
38.1. Dever de estabilidade, integridade e coerência da jurisprudência pelos Tribunais	414
38.2. Os precedentes no CPC de 2015	417
38.2.1. Decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade	417
38.2.2. Súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal e Súmulas do STF em matéria constitucional e do STJ em matéria infraconstitucional	417
38.2.3. Incidente de resolução de demandas repetitivas e de Assunção de Competência	418
38.2.4. Recurso extraordinário repetitivo.....	419
38.2.5. Recurso especial repetitivo.....	420
38.2.6. Precedentes oriundos do Plenário ou do Órgão Especial.....	421
39. Ação rescisória.....	421
39.1. Conceito	421
39.2. Objeto da Ação Rescisória.....	421
39.3. Competência para Julgamento	424
39.4. Ajuizamento da Ação Perante Tribunal Incompetente.....	425
39.5. Requisitos de admissibilidade da ação rescisória	426
39.6. Hipóteses indicadas no art. 966 CPC.....	428
39.7. Legitimidade para a propositura da ação rescisória	429
39.8. Polo Passivo.....	430

SUMÁRIO

39.9. Não impedimento à execução.....	430
39.10. Indeferimento da petição inicial	430
39.11. Improcedência Liminar do Pedido.....	430
39.12. Resposta do réu	430
39.13. Prescrição intercorrente.....	430
40. Recursos.....	430
40.1. Disposições Gerais.....	430
40.2. Efeitos dos recursos.....	433
40.3. Apelação	435
40.4. Agravos (Agravo de Instrumento e Agravo Interno).....	436
40.4.1. Agravo de Instrumento.....	436
40.4.2. Agravo Interno	437
40.5. Embargos de declaração.....	437
40.6. Embargos de Divergência.....	438
40.7. Recursos Ordinário, Especial e Extraordinário.....	439
40.7.1. Recurso Ordinário	439
40.7.2. Disposições Gerais quanto ao Recurso Extraordinário e Recurso Especial	440
40.7.3. Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos.....	441
40.7.4. Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário.....	442
CAPÍTULO V - DEVE O PODER PÚBLICO RECORRER SEMPRE?.....	443
1. imites éticos à interposição de recursos.....	443
1.1. Considerações iniciais	443
1.2. O princípio processual da boa-fé objetiva.....	444
1.3. A litigância de má-fé no exercício do recurso	446
1.4. Situações específicas	448
2. Situações jurídicas processuais em espécie: o dever-poder de agir do po- der público.....	449
2.1. Para começar	449
2.2. Direito e obrigação processual.....	450
2.3. Dever processual	452
2.4. Ônus processuais	454
2.5. Poderes processuais	456
2.6. Poder-dever.....	457
2.7. O ato de recorrer como poder processual	458



2.8.	O recurso das pessoas jurídicas de direito público como dever-dever processual	459
3.	Juízo valorativo de recorribilidade	461
3.1.	Considerações iniciais	461
3.2.	O entendimento do advogado público versus o defendido pela instituição a que vinculado.....	463
3.3.	As dispensas genérica e casuística do exercício de recorrer	467
3.3.1.	Dispensa genérica	467
3.3.2.	A dispensa casuística de interposição de recurso	472
4.	O dever-poder de recorrer das pessoas jurídicas de direito público	473
5.	Os requisitos de admissibilidade dos recursos e o interesse de recorrer qualificado pelo interesse público.....	476
5.1.	Classificação dos requisitos de admissibilidade	476
5.2.	Legitimidade para recorrer	476
5.3.	Interesse recursal	489
6.	O regime jurídico-administrativo-processual e o interesse em recorrer: interesse recursal qualificado	492

CAPÍTULO VI - ATUAÇÃO DO PROCURADOR DO ESTADO NO CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO-FISCAL 495

1.	a atuação das Procuradorias na recuperação de ativos	495
1.1.	A inter-relação entre o dever jurídico de pagar impostos, a igualdade e a satisfação de direitos fundamentais pelo Estado.....	495
1.2.	Breves noções de Direito Tributário.....	497
1.3.	Sobre os tributos	498
1.4.	Dos Limites do poder de tributar – Princípios – Imunidades	503
1.5.	Princípios constitucionais tributários	503
1.6.	Imunidade tributária.....	505
1.7.	Competências tributárias.....	507
1.8.	Impostos dos Estados	508
1.8.1.	Imposto de Transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos	509
1.8.2.	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.....	509
1.8.3.	Imposto sobre propriedade de veículos automotores.....	510
2.	Das ações tributárias.....	510

SUMÁRIO

2.1.	A inexistência da justiça financeira.....	510
2.2.	Das classificações das ações tributárias	511
3.	Da execução fiscal	513
3.1.	Observações iniciais	513
3.2.	Fundamento da execução fiscal.....	514
3.3.	Legitimidade ativa e passiva	515
3.4.	Competência	517
3.5.	Do procedimento inicial na execução fiscal	518
3.6.	Garantia do juízo	518
3.7.	Da expropriação: adjudicação e alienação	520
3.8.	Da defesa incidental do executado	521
3.9.	A exceção de pré-executividade	528
3.10.	A defesa heterotópica – ações prejudiciais à execução	529
3.11.	Dos recursos na execução fiscal	529
3.12.	Da discussão em torno do art. 38, parágrafo único	531
3.13.	Da medida cautelar fiscal	538
4.	Passo a passo da execução fiscal	539
5.	Questões de concursos	539

CAPÍTULO VII - ATUAÇÃO DO PROCURADOR DO ESTADO NAS CONSULTORIAS JURÍDICAS.....**541**

1.	Introdução	541
2.	A observância dos princípios administrativos	543
3.	Atuação do Procurador do Estado na consultoria jurídica	545
3.1.	Observações Preliminares	545
3.2.	O Parecer Jurídico	546
3.3.	Atuação em Procedimento Administrativo Disciplinar	548
3.4.	O Parecer Jurídico Referencial	549
4.	Das Aplicação das Normas Fundamentais do Novo Código de Processo Civil ao Procedimento Administrativo.....	551
4.1.	A Teoria Geral do Processo e os Processos Administrativos	551
4.2.	O Princípio da Fundamentação Analítica	553
4.3.	O Princípio do Contraditório Dinâmico	554
4.4.	Princípio da Primazia do Julgamento do Mérito	555
5.	Passo a passo	556
6.	Modelo de pareceres	556

6.1.	Dispensa de licitação em razão do valor	556
6.2.	C administrativo – prorrogação.....	558
6.3.	Atraso injustificado na aplicação da multa e do princípio da proporcionalidade para a fixação do valor da multa.....	560
6.4.	Atraso na entrega de produto comprado, justificado sem imposição de multa	566
6.5.	Ausência de concurso público – nulidade de ato administrativo.....	569
6.6.	Llicitação, inexigibilidade, complementação	572
6.7.	Pedido de servidor público para a concessão de licença prêmio.....	577
6.8.	A doação pura em favor da Administração Pública	579
6.9.	Convênio sem repasse de recurso, proposta de devolução por ausência de documento exigido em lei e alteração de cláusula da minuta....	580
6.10.	Pregão eletrônico.....	582
ANEXO I.....		585
	Enunciados do Fórum Permanente dos Processualistas Civis	585
	Enunciados I Fórum Nacional do Poder Público	587
	Enunciados II Fórum de Direito Público.....	591
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		595